



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11617 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

**A META DEZ DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DE 2014 ATÉ OS DIAS ATUAIS.**

Flaviane Ferreira da Silva - UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

Agência e/ou Instituição Financiadora: Capes

**A META DEZ DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E A ESCOLARIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: DE 2014 ATÉ OS DIAS ATUAIS.**

No Brasil, o Plano Nacional de Educação – PNE foi consagrado enquanto política pública a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96. O PNE é elaborado a cada dez anos, traçando-se diretrizes e metas para a educação que devem ser realizadas em todo o país. De acordo com França (2014), este documento pode ser considerado como uma ferramenta política e institucional que visa à qualidade da educação pública, por meio de um regime de colaboração entre os entes federados.

Com a implementação do PNE (2014 – 2024), a inserção da modalidade da EJA fica evidenciada pelas Metas três, oito, nove e dez. Dentre estas, a Meta dez, chama a atenção, por ter como estratégia, o atendimento a jovens e adultos em condições de maior vulnerabilidade, como os não alfabetizados, os mais pobres, os idosos e os presos.

Desse modo, nesta proposta, apresentamos como base a Meta dez, que propõe o oferecimento de no mínimo 25% das matrículas da EJA nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional. Desejamos compreender a escolarização de jovens e adultos a partir de 2014, isto é, como tem sido desenvolvida esta proposta e quais têm sido as políticas implementadas para atender a este público de maneira concreta nas escolas.

Entretanto, essa proposta faz parte de uma pesquisa maior, em que será realizada a avaliação das quatro metas supracitadas tendo como temática, a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) enquanto meta de ação presente no PNE (2014-2024).

Considerando as características deste trabalho, optamos pelas contribuições da abordagem qualitativa como direção metodológica. Tendo esta premissa, os procedimentos estabelecidos foram a revisão de literatura e a pesquisa documental no intuito de levantar informações acerca da elaboração de políticas educacionais nacionais a partir da implementação do PNE (2014 – 2024). A análise documental permitirá identificar, em fontes primárias e secundárias, informações que sirvam de subsídio para responder às questões da pesquisa.

Ao pensar a realidade da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, sabe-se que esta é uma modalidade de ensino que carrega a marca de estar estritamente destinada a fazer a correção dos indicadores de analfabetismo. O que, como consequência, proporciona a perda da sua dimensão de efetivar as bases do conhecimento para aqueles que, por vários motivos, não conseguiram fazer o caminho regular de aprendizagem (RUMMERT; VENTURA, 2007).

Rummert e Ventura (2007) explicitam que a EJA se fortaleceu de forma mais concisa em 1990, quando passou a ser oferecida de maneira ampla e diversificada, porém continuando a cumprir o papel de oferecer aos alunos uma educação que favoreça a hegemonia do capital, isto é, o processo de produção econômico determina como se deve organizar a educação.

Para Sindeaux, Bezerra e Loureiro (2018), a educação veio modificando-se de tal maneira que o modelo vigente “transforma o estudante num funcionário habilitado e comprometido, mas pouco reflexivo e muito produtivo (p.4)”. O que evidencia o processo de responsabilização que o indivíduo passa a ter sobre si, sendo considerado como capital humano (FRIGOTTO, 2006).

Neste sentido, como explica Ventura (2013), “as diferentes iniciativas voltadas para a EJA, ao longo de sua história, apontam para a continuidade da lógica de conformação à ordem social capitalista (p. 5).” Tornando natural a existência das desigualdades e mais natural ainda, a acumulação capitalista.

De acordo com Pierro e Haddad (2015), tudo isto é resultado da nossa imersão no mundo neoliberal, em que o direito à educação de jovens e adultos, na agenda dos governos, não tem avançado ou tem avançado minimamente, uma vez que esses educandos “não podem ver seus direitos realizados” (p.199), ou ainda, como salienta Rummert e Ventura (2007), o compromisso é com a redução dos indicadores de baixa escolaridade e não com a formação de conhecimento sólido, visando a uma participação cidadã mais consciente. Um permanente compromisso com a “construção e manutenção da hegemonia inerente às necessidades de sociabilidades do próprio capital e não com a emancipação da classe trabalhadora” (p.33).

Rodrigues *et al.* (2015, p.117) ressaltam a necessidade da emancipação política e humana a partir da superação das relações capitalistas, o que implica a discussão da EJA para um viés que proporcione aos educandos a possibilidade de enfrentamento das relações de trabalho; rompendo, por sua vez, com as formas alienantes, hierárquicas e fragmentadas “que separa os educacionalmente privilegiados (sejam esses indivíduos empregados como educadores ou como administradores no controle das instituições educacionais) e aqueles que têm de ser

educados” (MÉSZÁROS, 2015 *apud* RODRIGUES, 2015, p. 117). Ao contrário, a educação deve contemplar a todos, promovendo a participação popular e efetivando o conhecimento de forma crítica e objetiva com a realidade dos educandos.

Ao pensar a educação como emancipadora, torna-se importante estabelecer uma instrução educacional alicerçada a práxis social, a fim de formar o homem novo, consciente das suas potencialidades históricas (FERREIRA JR. e BITTAR, 2008). Desse modo, a escola deve trabalhar para envolver os sentidos humanos com o humano, conforme salientou Gramsci (*apud* RODRIGUES, 2015), a escola significativa para os trabalhadores é aquela que forma sujeitos críticos para a superação das contradições, vislumbrando a liberdade na igualdade.

Para esta proposta, não é possível apresentar ainda resultados concretos, uma vez que ela faz parte de uma pesquisa de doutorado, que está no seu início. Contudo, temos como foco, em diálogo com a meta dez, justamente por ela estar conectada à educação profissional, trazer subsídios para se compreender a EJA no sistema educacional brasileiro. A fim de refletirmos sobre as políticas verticalizadas que nos assolam, bem como estabelecendo diálogo e responsabilidades para a atuação concreta de todos os seus atores.

**Palavras-chave:** PNE, EJA, Escolarização, Política Educacional.

## **BIBLIOGRAFIA**

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**.

Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86p. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao>. Acesso em: 14 jul. 2019.

FERREIRA JR., A.; BITTAR, M. **A educação na perspectiva marxista: uma abordagem baseada em Marx e Gramsci**. Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.12, n.26, p.635-46, jul./set. 2008

FRANÇA, M. **Plano Nacional de Educação e o regime de colaboração: os indicadores educacionais e financeiros**. RBPAE. v. 30, n. 2, p. 417 – 433 mai/ago. 2014.

FRIGOTTO, G. **A Produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RODRIGUES. L. A. **Política, Estado e Sociedade civil em Antônio Gramsci: uma questão central para a filosofia política**. Revista de Administração Educacional, Recife, V. 1. Nº 1. 2015 jan. /jun 2015 p 4-18

RODRIGUES, R. L. SOLANO, C. H. AMBRÓSIO, I. R. SILVA, A. C. B. OLIVEIRA, R. B. Uma crítica à cidadania liberal no contexto da formação de jovens e adultos na educação escolar. **Conjectura Filos**, v. 20, n.2, p. 108 – 122, set/dez, 2015.

RUMMERT, S. VENTURA, J. P. Políticas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re) construção da subalternidade – considerações sobre o Programa Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. **Educar**, n.29, p. 29 - 45, 2007.

SINDEAUX, R. B. BEZERRA, F. W. G. LOUREIRO, M. D. S. **As Políticas Educacionais e**

**a Interface Neoliberal: A educação como um “Tesouro a descobrir”.** Ver, Mult. Psic, v.12, N.41, p. 859 – 871, 2018.

**VENTURA, J. Educação ao longo da vida e organismos internacionais: apontamentos para problematizar a função qualificadora da Educação de Jovens e Adultos.** Rev. Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, v. 1, nº 1, 2013.